

Jorge Rita, Presidente da Federação Agrícola dos Açores

“Nos próximos anos vai ser necessário construir albufeiras de grande dimensão para reter as águas em São Miguel..”

Apresentou o caderno reivindicativo ao Presidente do Governo há algum tempo. Esse caderno reivindicativo evoluiu?

Jorge Rita (Presidente da Federação Agrícola dos Açores) - Penso que em algumas áreas se pode considerar que há uma actualização, mas a maior parte daquelas que são as reivindicações de fundo requerem algum trabalho e é necessário dar tempo para que essas situações fiquem asseguradas.

É importante que o Governo dos Açores cumpra com os compromissos que tem, quer com as organizações, quer com os produtores, em termos de calendarização dos pagamentos, que para nós é um dos pontos mais importantes do caderno de reivindicações. Temos um calendário indicativo de recebimentos de apoios ao nível da União Europeia que é conhecido.

Fazemos os nossos pagamentos, alguns até absurdos, como o pagamento por conta. A Região e o país já deveriam ter terminado com a situação dramática criada por este pagamento por conta. Nós não temos disponibilidade financeira nem capitalização suficiente, neste momento, para estamos a fazer esses pagamentos antecipados. Custa-nos muito fazer esse pagamento.

O único calendário de pagamentos que falha, no meio disto tudo, é o calendário do Governo Regional. Não basta fazer um plano anual ou de quatro em quatro anos e, na prática, não ser exequível nem cumprido. Tem que se terminar com esta situação. O Governo, para ser um Governo de bem, também tem que cumprir com as suas promessas, e para isso tem que cumprir com o seu calendário. Se nós atrasamos um pagamento às Finanças ou à Segurança Social temos coimas elevadíssimas, para além do pagamento de juros altíssimos.

Não estamos a pedir ao Governo Regional que nos pague juros, nem estamos a pedir coimas para o Governo Regional. O que estamos a pedir é que faça um calendário de pagamento daquelas que são as ajudas regionais anunciadas. E quando falamos em ajudas é bom que se diga mais uma vez (para que todos percebam), que estas ajudas para a agricultura são do orçamento da Agricultura. Não são da Saúde, nem da Educação, nem dos Transportes, nem do Turismo. A Agricultura tem o seu orçamento próprio nos Açores, aprovado na Assembleia Legislativa Regional, que até tem uma taxa de execução muito baixa e que deveria ser muito mais alta.

Nós não estamos a retirar verbas a ninguém seja para a seca, para a chuva, e para este ou outro animal. A Agricultura tem o seu orçamento, tem uma comparticipação elevadíssima, quer ao nível de IVA quer ao nível de IRS e quer a nível de IRC. Se juntarmos tudo aquilo que é a comparticipação de impostos da Agricultura, quer a montante quer a jusante, vamos ficar muito surpresos com essas quantidades.

Não vamos continuar a aceitar que uma franja de pessoas esteja a denegrir o sector agrícola, afirmando que andamos a pedir verbas do erário público porque está a chover ou porque está a fazer sol. Isto não é verdade. Todas as verbas estão no orçamento da Agricultura e são canalizadas para o sector. E se somarmos, de um lado, as verbas



Jorge Rita: “Quanto mais auto-suficiente for a exploração agrícola, em termos de abastecimento de água, menos se irá ter a necessidade de ir às nascentes”

que estão no orçamento da Agricultura e, do outro lado, os impostos que os agricultores pagam, vão ter uma surpresa ao verificar que pagamos mais do que recebemos da Região.

Há muitas queixas sobre a seca...

Sim, a seca é uma situação que nos tem que deixar alerta. Antigamente, havia seca de sete em sete anos, ou de dez em dez anos, mas temos que ter consciência de que o clima está a mudar um pouco e, aliás, em algumas zonas, as mudanças estão a dar-se de forma muito acentuada.

Era inesperada, nos Açores, uma seca neste período. Estamos habituados com as secas mais em finais de Julho ou de Agosto, e quando chega a essas alturas nós já estamos mais ou menos precavidos, mas agora tivemos uma seca antecipada em mais que um mês.

Santa Maria é, tradicionalmente, uma ilha seca e não tem sementeiras de milho que sejam representativas. A Graciosa, para a sua dimensão, tem este problema e a Terceira é outra ilha que está numa situação dramática em termos de produção. E este problema está também a colocar-se em grande parte da ilha de São Miguel.

Estamos a ser confrontados com uma situação que é a de termos muito menos milho. Há produtores que, com esta chuva mais recente, ainda podem recuperar, mas há outros para quem já não há qualquer tipo de hipótese, isto para além da enorme redução de produção de rolos de erva nessas ilhas.

Sabemos que não há medidas que agradem a todos, mas é preciso minimizar, com antecedência, o impacto desta seca para impedir uma situação de ruptura total de alimentos para o futuro, quer com a ajuda de alimentos fibrosos, quer das palha ou dos feno, ou ao nível do fabrico de fibras na Região. Isto para que explorações mais afectadas consigam dosear aquelas que são as

temos que aproveitar melhor a água que temos disponível quando ela está disponível, e para isso o próximo Quadro Comunitário de Apoio será fundamental e terá que ser cirúrgico em algumas áreas.

Quem tem água na sua exploração, que faça a recolha da água na sua própria exploração. Quem tiver essa apetência ou necessidade, terá que ter ajudas na ordem dos 100%, porque aí todos ganham.

Quanto mais auto-suficiente for a exploração agrícola, em termos de abastecimento de água, menos se irá ter a necessidade de ir às nascentes.

O que quer dizer é que as explorações agrícolas que apresentem projectos para a captação de água devem ter apoios a 100%?

Essa será uma forma clara e objectiva não só de rentabilizar a própria exploração, mas também de fazer com que essa mesma exploração comece a ser auto-suficiente no abastecimento da sua própria alimentação, quer para os animais, quer para as suas necessidades de lavagem e limpeza. Esse é um trabalho que tem que ser feito. Obviamente que terá que se pensar, no futuro, que a água para além de ser um bem essencial, não é inesgotável.

Nós não temos rios, temos ribeiras e temos que nos adaptar e fazer um bom aproveitamento de água quando houver abundância dela. Sabemos que há muitas nascentes a correr para o mar, o que já não deveria acontecer no século XXI sendo a água um bem tão essencial.

Vai haver a necessidade de, nos próximos anos, se fizerem algumas albufeiras de grande dimensão e um aproveitamento, como já existe, em algumas lagoas artificiais principalmente para o abastecimento de água para a agricultura, cumprindo regras que serão necessárias cumprir nos próximos anos, porque há produções em que a seca tem um efeito muito acentuado. Ou, então, seguimos um modelo de importação de tudo, o que penso que será muito mais caro.

São Miguel é das ilhas que menos água tem em termos de stock. Proporcionalmente, há ilhas que têm mais água aproveitada que São Miguel. Há muito investimento ainda por fazer em São Miguel face à necessidade de águas que tem. Para aproveitar águas temos a lagoa das Contendas e a lagoa do Carvão, e não temos mais nenhuma em São Miguel.

Em termos de postos de abastecimento de água não há nada de grande dimensão, São Miguel, nesse momento, tem necessidade de muitos investimentos para o aproveitamento das águas que tem.

Como vivem hoje os agricultores?

O agricultor hoje vive dias preocupantes em relação ao seu rendimento, resultado de um acumular de situações nestes últimos dois anos. No último ano verificou-se uma ligeira subida, relativamente ao ano anterior, do preço do leite que poderia ter um efeito positivo ao longo deste ano.

Se não fosse uma das indústrias de São Miguel, a Insulac, a baixar novamente o preço do leite, de uma forma que não percebemos, tendo em conta os bons resultados que eles apresentam

As explorações agrícolas que apresentem projectos para a captação de água devem ter apoios a 100%? “Essa será uma forma clara e objectiva não só de rentabilizar a própria exploração, mas também de fazer com que essa mesma exploração comece a ser auto-suficiente no seu abastecimento de água...”

suas necessidades.

Por proposta nossa e com o consentimento do Governo Regional, vai-se fazer uma análise à quebra de produção dos milhos e aí haverá uma ajuda à quebra das produções de milho como também na área das hortícolas.

Temos consciência que a ajuda não será na totalidade para as quebras ou para o prejuízo nas quebras de produção nessas áreas que serão todas avaliadas. Obviamente que essa seca começa a deixar-nos preocupados por um motivo de que não se fala muito, que é a água que teremos disponível no futuro, não só para a agricultura mas para a população em geral.

As pessoas não podem esquecer-se que, com os hábitos e com mais pessoas nos Açores, também se consome muito mais água. O nosso grande desafio é a racionalização da água e o seu bom aproveitamento e é isso que não está feito.



“Assusta-me saber que há pequenas e grandes explorações com grande dificuldade nos Açores”

“O Comissário da Agricultura disse na Região aquilo que muita gente não quis transmitir. Que a primeira pessoa dos Açores a entrar em contacto com ele, quando surgiu a notícia da redução do POSEI, foi o Jorge Rita. Toda a gente sabia que esta era uma bandeira que eu não ia deixar cair”

e os dividendos que distribuíram pelos seus associados. Lamentamos profundamente, em nome dos produtores da Insulac, que esta seja a indústria que paga menos em São Miguel.

O cheque do lavrador é uma situação que nos aflige atendendo ao baixo preço que o leite é pago na Região e aos custos acrescidos que têm derivado desta seca. É que, mesmo com as ajudas que o Governo Regional possa dar, e que as associações ligadas à produção possam também disponibilizar, o lavrador terá que investir sempre mais.

O lavrador já investiu na sementeira do milho, já tem a despesa, mas não tem nada para colher. E mesmo com a ajuda do Governo estamos a falar de um custo acrescido.

Neste momento de seca até o Governo Regional tem-se chegado à frente por perceber que essa é uma preocupação dos agricultores. Agora, lamento profundamente que nenhuma indústria tenha tido connosco uma conversa sobre essa matéria, nem em relação ao preço do leite nem em relação à situação actual do sector em resultado da seca e a possibilidade de falta de alimentos.

Esta a dizer que há uma falta de solidariedade da indústria face à situação da seca?

Deixa-me muito triste que toda a nossa indústria demonstre essa falta de solidariedade. Aqui é que nós víamos o que valia a nossa indústria, ao chegar-se às organizações de produção e dizer: “percebemos que estamos num momento difícil, precisamos do vosso leite e vocês têm que alimentar os animais”. E eles faziam um esforço de aumentar o preço do leite nessa fase.

As indústrias são alimentadas pelos produtores. Não há riqueza na indústria se não existirem produtores, e nós não teremos agricultura se não houver indústrias.

Pela falta de solidariedade dos industriais é que um casamento entre agricultores e indústria é sempre muito infeliz. A parte dominante que faz e gasta como quer é sempre a indústria. Estamos sempre sujeitos àquilo que eles querem. E fica evidenciado mais uma vez o comportamento de toda a indústria que não mostra qualquer tipo de solidariedade para com os produtores neste momento.

Continuam a existir pequenos agricultores a fecharem as suas explorações?

Sim, claro.

E a emigrarem?

Pode haver um ou outro caso, mas assusta-me saber que há muita gente em grandes dificuldades. Há pequenas e grandes explorações em grande dificuldade neste momento. Não vou dizer que o sector está em falência porque isso não é verdade, embora a retoma do preço do leite ficasse muito aquém da expectativa que nós tínhamos.

Estamos a falar de descidas de 10 cêntimos e de subidas que nem chegaram a três cêntimos, o que constitui uma diferença abismal.

É vergonhoso o que acontece com o preço do leite em São Miguel. Um produto tão bom, uma produção que, de acordo com os comissários que cá vêm, trabalha muito bem e, ao mesmo tempo, dizem que a indústria tem que continuar a apostar na inovação e na valorização dos produtos. Ninguém está a dizer o que os agricultores têm que fazer, a indústria é que tem que melhorar.

O próprio discurso do Governo Regional hoje também assenta nesse pressuposto. Espero bem que não seja só discurso de ocasião, porque na prática temos que ver qual é a acção que o governo tem perante as indústrias em relação a essa matéria, porque discursos todos nós fazemos. O que acontece é que a prática nem sempre está alinhada com o discurso que se faz.

Nós temos as indústrias da forma que estão, assentes numa matéria-prima de excelência, e depois continuamos a assistir ao aumento dos produtos de marca branca, à menor valorização do produto. Estamos numa altura de crise em que estamos todos assustados com as questões climáticas; em que percebemos que vamos ter um custo acrescido derivado à seca; e estamos um pouco asfixiados sem saber, ao certo, o que é que a União Europeia quer em relação ao sector agrícola, com ameaças de redução de ajudas...

Para o produtor em geral, é assustador perceber como é que o maior sector da actividade económica da Região Autónoma dos Açores, que deu sustentabilidade económica durante muitos anos à Região, viva agora estas dificuldades e incertezas. É verdade que o Turismo tem dado um empur-

“Deixa-me muito triste que toda a indústria esteja a demonstrar falta de solidariedade”

“O Governo dos Açores não foi aquele que teve maior impacto no recuso da redução do POSEI em 3,9%. Posso considerar que esta foi uma vitória dos Açores, do Governo não. Como disse o Comissário em São Miguel, ninguém teve uma maior intervenção que o Presidente da Federação Agrícola, mas eu não quero os louros nem para o Presidente da Federação nem para mim. Eu entendo que os louros são dos Açores”.

rãozinho nos últimos dois anos, essencialmente, ao nível do emprego, mas, durante muitos anos, nenhum sector foi melhor para a Região do que o sector agrícola.

É fácil provar que o sector agrícola é aquele que tem maior peso económico na Região, a grande distância de todos os outros. A sociedade civil tem que estar atenta à agricultura como um sector vital para a nossa economia, senão todos sofrem.

Entendo que as pessoas estão a exagerar em relação ao pensamento positivo direccionado ao Turismo. Está na altura de as pessoas começarem a perceber se será com mais turistas; se é com os mesmos; ou se é com indústrias que a Região vai ter sustentabilidade.

Aquilo que se me dá a entender é que não sabemos se com o Turismo vamos melhorar todos os parâmetros que pensávamos. Ao nível do emprego, o turismo é excelente. Há aqui indicadores muito positivos, mas também é preciso analisar os que não são positivos.

Esse trabalho, a quem o compete fazer, tem que ser bem feito, de forma a que o Turismo, com a volatilidade que tem, não leve à criação de infraestruturas demasiado acentuadas na Região e depois não termos turistas para as encher. Essa é uma análise que tem que ser feita com alguma frieza.

E não há melhor sector para potenciar o Turismo que a Agricultura...

O Comissário da Agricultura, Phil Hogan, veio aos Açores anunciar que não vai haver redução no envelope financeiro do POSEI, mas...

O Comissário da Agricultura disse na Região aquilo que muita gente não quis transmitir. Que a primeira pessoa dos Açores a entrar em contacto com ele, quando surgiu a notícia da redução do POSEI, foi o Jorge Rita.

Toda a gente sabia que esta era uma bandeira que eu não ia deixar cair. Obviamente que em Bruxelas, sabendo que o Comissário vinha cá aos Açores, não me ia antecipar dizendo que estava assegurado que já não haveria a redução de 3,9%. Sei que muita gente diz que esta era uma questão negocial e que baixaram para poderem dar a seguir. Se for sempre desta forma, fico muito satisfeito porque assim a redução de 15% prevista para o desenvolvimento rural não irá acontecer.

O anúncio de que não haveria a redução de 3,9% no POSEI foi uma vitória do Governo dos Açores?

O Governo dos Açores não foi aquele que teve maior impacto. Posso considerar que esta foi uma vitória dos Açores, do Governo não. Como disse o Comissário em São Miguel, ninguém teve uma maior intervenção que o Presidente da Federação Agrícola, mas eu não quero os louros nem para o

Presidente da Federação nem para mim. Eu entendo que os louros são dos Açores. Se calhar, já falei mais vezes com o Comissário da Agricultura do que todo o Governo Regional junto. E, nos Açores, ficou bem claro qual a relação que o Comissário da Agricultura tem comigo.

Quando estive reunido com o Ministro da Agricultura, disse que era preciso um reforço do POSEI e não aceitar apenas que a Comissão Europeia mantivesse o envelope financeiro. O que temos é que pedir um aumento do POSEI. Sei que é difícil mas é essa a nossa batalha.

O Correio dos Açores lançou o alerta, em Editorial, que manter a verba do POSEI já representa uma diminuição do envelope financeiro face à evolução da inflação...

Essa é uma das nossas reivindicações. Por isso achamos que se deve aumentar o POSEI. Só que a proposta que nos era apresentada era a redução de 3,9%, e a primeira batalha dos 3,9 está ganha. Se pergunta se o presidente da Federação está satisfeito? Não. Vou continuar na luta porque acho que os Açores precisam é de mais.

Não é a Região Autónoma dos Açores que dá a resposta final, mas sim o Ministro da Agricultura. E quanto mais sensibilizarmos o Ministro e o Comissário para aquelas que são as nossas preocupações, a situação é melhor. A visita do Comissário aos Açores foi uma boa campanha de sensibilização. Foram as ligações das regiões ultraperiféricas que também ajudaram a influenciar todo esse procedimento. A França foi quem teve maior peso porque tem maior dimensão, depois as Canárias, depois os Açores e a Madeira. O lóbi das regiões ultraperiféricas, feito pelas organizações de produtores ajudou, e muito, a que existisse esta alteração do POSEI.

O gabinete dos Açores em Bruxelas está a ter o desempenho que esperava?

Do nosso ponto de vista, o gabinete em Bruxelas ainda tem muito para melhorar. As pessoas que lá trabalham são muito agradáveis e afáveis. Tudo o que precisamos disponibilizam, mas num gabinete em Bruxelas não precisamos apenas do espaço físico, precisamos de lobistas, relacionadas essencialmente com as organizações e precisamos de mais pessoas em Bruxelas. Temos que ter alguém das organizações de produtores e não apenas do Governo.

Obviamente que isto tem um custo que tem que ser assumido por alguém. A Federação Agrícola não tem qualquer tipo de receita para pagar a alguém para lá estar. Mas, em próximas candidaturas, temos que ter verbas disponíveis precisamente para mantermos pessoas a trabalhar em Bruxelas.

João Paz